



## **A COMPRESSÃO DE FAMÍLIA MONOGÂMICA EM ENGELS: ANALISANDO O TEXTO A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO**

André Luciano da Silva

Universidade Federal de Alagoas –UFAL. E-mail: [andre-ses2@hotmail.com](mailto:andre-ses2@hotmail.com)

### **Resumo:**

A compreensão de família monogâmica em Engels, presente em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, está atrelada à gênese da exploração do homem pelo homem, à propriedade privada e à formação das sociedades de classes onde todo esse contexto tem no Estado, o órgão especial de repressão e de controle social, o seu instrumento principal assegurador e legitimador. Além disso, a compreensão dessa forma histórica de família está também atrelada ao desenvolvimento de uma forma específica de produção de riquezas, ou seja, uma forma de trabalho, o que dá bases para uma nova forma de sociabilidade. Quer dizer, para Engels para entender, de forma ontológica, a família monogâmica torna-se necessário compreender a real função social da família com a propriedade privada, com o Estado, e com o trabalho etc. E assim, relegando as explicações idealistas e místicas das concepções de família aos “contos das carochinhas”, Engels despe a “naturalidade” da família monogâmica é a concebe como uma criação humana, necessária à exploração dos homens pelos homens e a defesa da propriedade privada. Este entendimento só foi possível, pois Engels parte, como fez Karl Marx, do trabalho como a pedra de toque para compreender as demais práxis sociais e seus produtos. Posto isso, este artigo busca observar como Engels explica a família monogâmica como uma criação humana, típica das sociedades de classes, através de sua obra clássica acima referenciada.

**Palavras-chave: Família, Propriedade Privada, Engels.**

### **1. Introdução**

O livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi escrito por Engels em 1884 tendo como base as pesquisas de Karl Marx sobre o trabalho de Lewis H. Morgan – *A Sociedade Antiga* (1871). E foi traduzido, no Brasil, pelo marxista Leandro Konder, em 1965.

Já na apresentação da edição da Expressão popular (2012), o texto é apresentado pelo filósofo lukacsiano Sérgio Lessa que expõe que a tese central do livro é o desenvolvimento das forças produtivas resultantes da Revolução Neolítica, e que através desse texto dão-se bases para compreendermos a gênese e o desenvolvimento histórico da exploração do homem pelo homem, a gênese e o desenvolvimento das classes sociais, do Estado e da família monogâmica.



Este autor explica também que cada forma de trabalho, numa dada sociedade funda o seu modo particular de produção, por exemplo: o trabalho primitivo (comunismo primitivo); trabalho do escravo (modo de produção escravista); trabalho do servo (modo de produção feudal) trabalho do proletário (modo de produção capitalista). Posto isso, o trabalho emancipado fundará o modo de produção comunista, na qual deve existir a livre organização dos produtores associados.

Ainda segundo este pensador, o texto de Engels é fundamental, pois põe por terra a ideia da classe dominante de que a família monogâmica, sua organização é eterna, pois, Engels demonstra de forma cabal que assim como a totalidade social, a família é uma criação histórica e humana, e que partindo da descoberta do trabalho como a categoria fundante do mundo dos homens, Engels pode observar que todas as formas de família eram determinadas pelo modo em que a sua respectiva sociedade retirava da natureza o que lhe era imprescindível. Por isso, a família monogâmica nem sempre existiu, ela foi criada por uma necessidade socioeconômica, tipicamente humana.

Assim, parece-nos fundamental partir do trabalho, como alerta Lessa e como fez Engels, como a categoria determinante para compreendermos a família monogâmica.

Posto isso, o presente artigo está dividido em três momentos: no primeiro relembremos porque é o trabalho e não outra categoria a base para compreender as demais práxis sociais; no segundo momento nos deteremos à análise do texto de Engels para entender como se deu o desenvolvimento histórico da constituição das famílias antes da família monogâmica; e por fim nos centraremos na própria gênese da família monogâmica, ainda sobre a análise do texto engeliano.

## **2. O Trabalho como gênese do ser social e como modelo de toda a práxis social em Lukács**

Para compreendermos a essência, a gênese da família monogâmica, assim como sua função social é necessário primeiramente entendermos por que o trabalho é a categoria fundante do ser social e como ele se configura como o modelo de toda a práxis social, visto que a partir desse é possível entender ontologicamente a família como um construto humano. Para isso partiremos do texto *O Trabalho*, que é o primeiro capítulo do segundo tomo da obra *Por uma Ontologia do Ser Social* do filósofo húngaro G. Lukács.

Para Lukács, que retoma os ensinamentos do método marxiano, o acento diferencial recai sobre o trabalho como categoria privilegiada do processo e do salto do ser social,<sup>1</sup> pois



*todas as demais categorias já possuem essencialmente um caráter puramente social, enquanto o trabalho, por sua vez, assinala a transição do ser biológico ao ser social – ou seja, o homem que realiza trabalho.*

[...] em termos ontológicos [...] todas as outras categorias desta forma de ser [menos o trabalho] têm já, essencialmente, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto já consumado. Somente o trabalho tem como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (utensílio, matéria-prima, objeto de trabalho, etc.) como orgânica, [...] mas antes de mais nada assinala a passagem, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social. (LUKÁCS, s/d, p. 1).

E Lukács arremata que enquanto os animais realizam um modo particular para se adaptarem ao próprio ambiente, à divisão gerada pelo trabalho na sociedade humana cria as suas próprias condições de reprodução. Ou seja, os animais e sua organização encontram limites biológicos e produzem para a sua adaptação aos seus ambientes. Não tem, como expõe o autor, em si e por si nenhuma possibilidade imanente de um desenvolvimento ulterior. Já a sociedade dos homens não se restringe aos limites do seu ambiente, quer dizer, não é uma simples reprodução, mas uma reprodução que ultrapassa o ser biológico.

A essência do trabalho, diz o autor, está no fato de que o homem, antes de operar no real, parte de uma ideia já existente no seu pensamento, ou seja, a objetivação da ideia. O objetivo se concretiza no real. A vontade do homem se concretizou em forma de matéria natural. Neste contexto, temos sempre a realização de posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade.

Lukács explica que é por este motivo que o trabalho é o modelo de toda a práxis social, pois ele se revela como o modelo para a compreensão das outras posições teleológicas, pois ele é a forma originária dessas posições:

O fato simples de que o trabalho é a realização de uma posição teleológica é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isto um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde as conversas cotidianas até a economia e a filosofia. (LUKÁCS, s/d, p. 8).

---

<sup>1</sup> O salto ontológico do ser biológico ao ser social é histórico e difícil de precisá-lo, foi extremamente lento e necessitou de condições preexistentes para acontecer. Assim, não consistiu numa sequência retilínea, imediata ou gradual, mas sim numa ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento do ser. Onde este ser não se encontrava mais na esfera propriamente orgânica, mas superou este princípio qualitativa e ontologicamente.

Estes dois elementos ressaltados por Lukács já aponta a importância do trabalho para compreender não só a essência do ser social, mas como ele é a base elementar para o entendimento das demais práxis sociais, como o Estado, a política, a economia, a educação, a família monogâmica, etc. Obviamente, isso não indica que a totalidade social se resuma ao trabalho, mas ele é o componente fundamental.

Posto isso, é impossível não compreender, na obra de Friedrich Engels: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (2012)<sup>2</sup> as relações ontológicas entre o percurso histórico das constituições familiares, do aparecimento da propriedade privada, das classes sociais, da gênese do Estado e de uma forma particular de trabalho.

A análise histórica-materialista do autor acerca dessas relações, a qual parte das anotações de Marx sobre o escrito de Morgan de sua obra *A Sociedade Antiga* (1871), revela o esforço de Engels em compreender não só a gênese do Estado como elemento histórico, por isso, produto da ação humana, mas também revelar a essência das constituições familiares e suas inter-relações com o Estado e com o trabalho.

### **3. Família: uma criação tipicamente humana**

Partindo do trabalho como pedra de toque para compreender também a constituição das famílias no percurso histórico da humanidade, assim como sua relação com a legitimação da propriedade privada, do Estado, das classes sociais, e da exploração do homem pelo homem, Engels passa a analisar o desenvolvimento das conjecturas familiares na história, corretamente expondo que em cada modo de produção houve uma forma predominante de arranjo familiar e que esta esteve interligada à reprodução desta forma de produção socioeconômica.

Assim a relação entre família e trabalho consiste também numa relação de produção e reprodução da forma socioeconômica dominante. A ponto de Engels expor no prefácio à primeira edição do seu livro/1884, que a ordem social de determinada época está condicionada por dois tipos de produção: a do desenvolvimento do trabalho e o da família.

Em 1991, no prefácio à quarta edição do seu livro /1891, Engels faz uma breve exposição do desenvolvimento da história da família, até Morgan e suas descobertas fundamentais.

<sup>2</sup> O livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, foi escrito por Engels em 1884, tendo como base as pesquisas de Karl Marx sobre o trabalho de Lewis H. Morgan – *A Sociedade Antiga* (1871). Para a elaboração deste manuscrito estamos utilizando a edição brasileira da Editora Expressão popular (2012).



Segundo ele o estudo da história da família começa com o livro de Bachofen (pensador alemão) *O Direito Materno* (1861). Antes desse o que imperava a respeito da noção de família eram as lições dos cinco livros de Moisés.

Bachofen compreendia que os seres humanos, no início, tinham relações sexuais ilimitadas, as quais impossibilitavam estabelecer a paternidade e assim apenas pela linha da feminilidade se poderia compreender a filiação. Nestes termos, entende-se o direito materno, o domínio feminino absoluto, no qual as mulheres gozavam de grande apreço e respeito.

Ainda neste autor, a passagem do direito materno (heterismo) ao direito paterno (monogamia) ocorre entre os gregos, de acordo com o desenvolvimento das concepções religiosas antigas para as novas. Quer dizer, embasado em *Oréstia* – texto de Esquilo – aquele pensador expõe que as velhas ideias - representadas pelos deuses tradicionais - vão sendo modificadas pelas ideias novas – ou seja, pelas ações dos deuses novos como Apolo e Palas Atena. Observa-se aí um puro misticismo para explicar a passagem do direito materno ao paterno.

Por sua vez, J. F. Mac Lennan, juriconsultor, apresenta outros dados. Em seu texto *Estudos de História Antiga* (1886), aponta que o matrimônio ocorria pelo rapto da noiva pelo noivo de outra tribo. Onde as tribos em que os homens e as mulheres tinham que capturar seus esposos de outra tribo chamavam-se exógamas, e as que deviam procurar suas esposas no próprio grupo eram denominadas de tribo endógamas.

Mac Lennan apontava em seu texto que a endogamia e a exogamia seriam antíteses, e que a poliandria (posse de uma mesma mulher em comum por vários homens) era considerado um ato normal nas raças exógamas.

Já, Morgan com sua obra: *A Sociedade Antiga* (1871) traz á tona, vários dados que reduziram a pó as construções de Mac Lennan. Por exemplo, o reconhecimento do matrimônio por grupo – onde os homens tinham em comum várias mulheres – como fato histórico, descoberto pelo pensador Lubbock, foi decisivo para auxiliar a derrubada das teses de Mac. Pois, Morgan denota que a endogamia e a exogamia não forma antítese, mas sim, que uma tribo dominada pelo matrimônio por grupo se dividiu em gens consanguíneas por linha materna. Nestes termos, se as gens (grosso modo consistem nas organizações primitivas familiares) eram estritamente exógamas, a tribo era endógama na mesma medida.

Assim, a importância das pesquisas de Morgan foi fundamental para dar luz à essência da família como um construto humano e não pelas concepções míticas de Bachofen, nem pelas especulações de Mac.



Nestes preceitos e compreendendo a função cabal do trabalho no processo de desenvolvimento humano, Engels se põe a analisar primeiramente as constituições familiares, e com elas o aparecimento da propriedade privada e das classes sociais, de forma dialética.

Engels explica que Morgan introduz com precisão em sua obra uma ordem precisa na pré-história da humanidade, apontando três estágios de desenvolvimentos fundamentais e os seus principais avanços significativos para a humanidade.

São eles - o estado selvagem, a barbárie e a civilização. Os dois primeiros se subdividindo em inferior, médio e superior.

**O estado selvagem** – consiste no estágio aonde há a apropriação da natureza, dos seus produtos prontos para serem utilizados; e as produções artificiais do homem eram destinadas a facilitar essa apropriação. Os homens neste momento eram escravos da natureza e se alimentavam de frutos, nozes, raízes e etc., seus principais progressos foram à linguagem articulada, e a invenção de armas de pedra (a clava e a lança) para a caça ocasional, (**estado selvagem inferior**); a descoberta do fogo e a construção de armas com pedra polida, os quais aumentaram a alimentação dos homens – peixes, crustáceos etc.(**estado selvagem médio**); e a invenção do arco e flecha (**na fase superior do estado selvagem**).

A **barbárie** - fase em que aparece a criação do gado e da agricultura, e onde se aprendeu a incrementar a produção da natureza por meio do trabalho humano. Os homens neste estágio começam a organizar e desenvolver a sua produção, porém de forma diferenciada no oriente e no ocidente do mundo. Em relação ao continente oriental, **na fase inferior da barbárie**, tinha quase todos os animais domesticados, e quase todos cereais para cultivo; já no continente ocidental, o único animal domesticado era a lhama, no sul da América, e tinha o milho como cereal cultivável. **Na fase média da barbárie** começa no leste a domesticação dos animais para o fornecimento de leite e carne, noutro lado o cultivo de plantas permaneceu desconhecido. No oeste começa com o cultivo de hortaliças por meio da irrigação. Havia o cultivo do milho, da abóbora, do melão e de outras plantas de horta. Já na **fase superior da barbárie** temos a fundição do minério de ferro.

A **civilização** - período em que o homem desenvolve a elaboração dos produtos naturais, e industriais. Esta fase supera as anteriores quanto aos progressos da produção, o arado de ferro, por exemplo, puxado por animais - agricultura – proporciona um aumento quase ilimitado dos meios de subsistência; a pá e o machado de ferro ajudaram a derrubar os bosques para transformá-los em pastagens e terras cultiváveis; além da invenção da escrita alfabética para o registro literário, que já via se desenvolvendo na fase superior da barbárie; o aumento da população em pequenas áreas foram algumas das características fundamentais

para a passagem a civilização. Os gregos da época heroica, as tribos ítalas de pouco antes da fundação de Roma, os germanos de Tácito, os normandos do tempo dos Vikings, são exemplos dessa fase.

Após essa pequena análise acerca do “desenvolvimento da humanidade”, Engels observa como a família vai se desenvolvendo e com ela a produção humana. Para isso, a descoberta de Morgan foi essencial, pois este pesquisador descobriu durante a sua estadia com o povo iroquese (no estado de Nova York, no século XIX), os *senekas*, um sistema de parentesco diferente do da sua época, e que por sua vez, se contradiz aos estudos de alguns pesquisadores europeus, como visto acima.

O que Morgan põe à mostra é uma nova espécie de matrimônio, o qual era desconhecido da concepção tradicional, que compreendiam apenas: a monogamia, a poligamia e a poliandria. As pesquisas de Morgan demonstraram outra forma de matrimônio, o matrimônio por grupo.

Esse sistema compreendia relações que permitiam a existência de uma espécie de matrimônio facilmente dissolúvel por ambas as partes, homem ou mulher. Ou seja, nesta espécie de matrimônio cada mulher “pertencia” igualmente a todos os homens e cada homem a todas as mulheres. Além disso, os filhos eram comuns a todos. Assim, cada filho tinha vários pais e mães.

Este sistema estava presente entre os índios da América, os aborígenes da Índia e outros, anuncia Engels, embasado em Morgan.

### **3.1 A família consanguínea**

Nestas relações sem entraves, segundo Engels, provavelmente formou-se: **a família consanguínea**, a primeira etapa da família, onde maridos e mulheres são um dos outros. Ela é o estágio preliminar, necessário da família, da história da família. Esta “fase” do desenvolvimento familiar se encontra, segundo Engels, no período de estado selvagem.

### **3.2 A família punaluana**



Em seguida temos a **família punaluana**, a qual, segundo Engels, formou as diversas gens, e que se deu pela exclusão das relações sexuais, as relações sexuais entre pais e filhos e entre irmãos, pouco a pouco. Os irmãos e irmãs, carnais, ou distantes (primos) eram denominados de ‘panaluas’, e Morgan denominava este sistema de parentesco, de americano.

As gens, neste caso, eram círculos fechados de parentes consanguíneos, por linhagem materna, que não podiam se casar um com o outro. A gens, nas palavras de Engels, formou a base da ordem social da maioria, senão da totalidade dos povos bárbaros do mundo. Esta fase também está, conforme Engels, no estágio de estado selvagem.

### **3.3 A família sindiásmica**

Se as duas fases anteriores da família estavam embasadas num estado selvagem e precário, cimentado ainda no domínio do direito materno, e com uma escassa produção do desenvolvimento humano, é com a **família sindiásmica** que ocorrem fundamentais revoluções humanas, as quais fizeram surgir: à produção de excedentes, à propriedade privada, o patriarcado, e à exploração do homem pelo homem.

Ela, que segundo Engels, se encontra no estágio da barbárie do desenvolvimento da humanidade, foi formada pela união por pares, ou seja, a união conjugal onde um homem vive com uma mulher e vice versa. De forma que a poligamia e a infidelidade ocasional, por parte do homem, eram vistos como direitos dele. Enquanto à mulher esse ato era cruelmente castigado, se em vida em comum.

Neste patamar, os vínculos conjugais se dissolvem com facilidade e os filhos ficam com a mãe. O matrimônio é frágil, dissolúvel à vontade de cada um.

É na passagem para a próxima forma de família, a monogâmica, que ocorrem as grandes revoluções.

## **4. A família monogâmica e a reprodução da propriedade privada**

Engels explica que na origem da sociedade, ou seja, no estado selvagem, a mulher não era escrava do homem, mas sim, livre e considerada. E o direito era o materno. Porém, com o surgimento do matrimônio por pares, no estágio de barbárie, a domesticação de animais, e a criação do gado abriram-se a expansão de riquezas perante as gens, e surgiram novas relações sociais e econômicas.



Neste contexto, já existia o escravo, todavia como um indivíduo vencido, que podia ser morto (apenas os homens) pela tribo vencedora, ou mesmo adotado, e não era entendido como força de trabalho.

Segundo a divisão do trabalho na família sindiásmica os homens estavam incumbidos de procurar a alimentação e de criar os instrumentos de trabalho necessários para isso, e quando eles se separavam de suas companheiras, podiam levar os seus pertences às suas gens. Todavia, se o casal tivesse um filho, este não poderia herdar nada do pai, pois, segundo a lei das gens, o direito materno, a criança não pertencia a gens do pai, mas sim a da mãe. Assim, os irmãos, os pais etc., do pai da criança receberia a herança no caso de falecimento do pai, e a criança não receberia nada deste.

Isto foi modificado “em proveito do filho”, agora os descendentes do membro masculino permaneciam na gens, mas o descendente de um membro feminino saíria dela, passando a gens do pai. Aí foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno.

Neste contexto, os escravos e o gado se tornam propriedade do homem. E a mulher apenas consumidora da propriedade, porém não é dona. Aboliu-se o direito materno e a constituição das gens cai em ocaso, chega o período de civilização já marcada com o estigma da escravidão do homem pelo homem e com o patriarcado.

É dessa “transformação” acima que se deu origem à família monogâmica<sup>3</sup>, a fase da família concernente à civilização, a qual se baseia no predomínio do homem, cuja paternidade é “indiscutível”, pois os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, um dia herdarão as posses de seu pai, e assim reterá, na família, o domínio dos bens, utensílios etc., das riquezas produzidas (e usurpada) pela família.

Observa-se aí que a origem da monogamia não é tecida por frutos do amor sexual individual, mas sim, por condições econômicas, que preservavam a propriedade privada e sua retenção na família. Os casamentos eram de conveniência, eram acordos, diz Engels.

Engels descreve ainda que este tipo de família já surge sobre a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos. O primeiro antagonismo de classes, nas palavras deste autor.

Sua origem está atrelada a escravidão e as riquezas, e seus desenvolvimentos, implicam a máxima repressão dos homens sobre as mulheres.

---

<sup>3</sup> Engels explica que a palavra família quer dizer: escravo permanente a um só homem. E *Famulus*- escravo doméstico. A expressão é romana e foi investida para designar um novo organismo social, cujo chefe mantinha domínio sobre a mulher, os filhos, os escravos e o direito da vida e morte sobre todos eles.



Por sua vez, a família monogâmica se diferenciava da sindiásmica pela sua maior solidez dos laços conjugais. No entanto, ao homem o direito à infidelidade conjugal continua concedido. À mulher este ato implica repressão e castigos mais rigorosos que qualquer outra época anterior. O triunfo definitivo dessas relações é um dos sintomas da civilização.

Os gregos são o exemplo típico desse tipo de família, onde a monogamia era apenas para as mulheres, pois elas deviam guardar uma castidade e uma fidelidade conjugais rigorosas.<sup>4</sup> Aos homens gregos essa monogamia podia ser burlada, quando transformavam as escravas em suas concubinas. Já entre os espartanos existia ainda um matrimônio sindiásmico modificado pelo Estado e que conservava ainda traços do matrimônio por grupos.

Entre os romanos, tanto os homens quanto as mulheres podiam romper o vínculo matrimonial a suas vontades, e as mulheres gozavam de liberdade, sempre vigiada pelo poder do marido de vida e morte sobre ela. E com os germanos, havia ainda o casamento sindiásmico, onde a mulher gozava das mais elevadas considerações e exercia grande influência até nos assuntos públicos.

Todavia, como expõe Engels: nem o triunfo do matrimônio sindiásmico, nem o da monogamia, eliminaram as antigas relações sexuais nestes novos contextos matrimoniais, pois com eles ainda convivem formas primitivas de matrimônio por grupo, como a poliandria, a poligamia, e com a monogamia surgem o adultério e a prostituição<sup>5</sup>.

Assim, em resumo: o matrimônio por grupo corresponde ao estado selvagem; o matrimônio sindiásmico à barbárie; e a monogamia à civilização, e junto a ela o adultério e a prostituição. Neste patamar, Engels anuncia, de acordo com a pesquisa de Morgan, que a família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema.

Posto isso, para Engels a origem da monogamia está atrelada a escravidão e as riquezas, e seus desenvolvimentos, implicam a máxima repressão dos homens sobre as mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>4</sup> Em Atenas, as mulheres eram cativas e só lidavam apenas com outras mulheres. As donzelas aprendiam a fiar, a tecer e a cozer, principalmente, e eram vigiadas e sempre acompanhadas pelas escravas. Habitavam em lugares separados, aposentos, no alto ou atrás da casa. Em Eurípidas, as mulheres eram destinadas a cuidar das casas e procriar. Os homens atenienses tinham seus exercícios, ginástica e suas discussões públicas, além da prostituição defendida pelo Estado. Essas relações tornaram-se o modelo de todos os gregos, da metrópole e das colônias.

<sup>5</sup> As escravas, que serviam nos templos dos deuses, as *hieródulas*, foram às primeiras prostitutas.



Em contraposição a família monogâmica, Engels explica que não havia na tribo, a escravidão, nem a divisão em diferentes classes sociais. E sua base econômica estava estruturada ao modo que

a divisão do trabalho é absolutamente espontânea: só existe entre os dois sexos. O homem vai à guerra, incumbe-se da caça e da pesca, procura as matérias-primas para a alimentação, produz os instrumentos necessários para a consecução dos seus fins. A mulher cuida da casa prepara a comida e confecciona as roupas: cozinha, fia, e cose. Cada um manda em seu domínio: o homem na floresta, a mulher em casa. Cada um é proprietário dos instrumentos que elabora e usa: o homem possui as armas e os petrechos de caça e pesca a mulher é dona dos utensílios caseiros (ENGELS, 2010, p.200).

Quer dizer a economia doméstica era comunista abrangia várias famílias que viviam sob o mesmo teto. E o restante era utilizado por todos em comum, era propriedade comum, como a casa, as canoas, as hortas etc..

Contudo, com a domesticação de animais, as tribos pastoras se destacaram dos restantes da massa dos bárbaros, pois eles produziam em maiores variedades e quantidades de produtos, leite, carne, pele de cabra, couro, tecido, etc. e essa variedade de produtos possibilitou o intercambio de produtos, a troca, o comercio. Com os bárbaros a produção era pouca, e as trocas ocasionalmente ocorriam nos seios da tribo.

A troca regular de produtos com tribos diferentes possibilitou a gênese do comercio regular. Elas ocorriam, em princípio, entre os chefes gentílicos, depois com o rebanho sendo utilizando como propriedade privada.

Com o desenvolvimento dessas áreas, tornou-se mais demorado o trabalho diário empregado nas atividades, exigindo de mais força de trabalho. Surge neste contexto a escravidão do homem pelo homem. Agora, através das guerras, tornou-se mais conveniente não matar os derrotados, mas sim aprisioná-los e torná-los escravos. Daí surge: a primeira grande divisão social do trabalho e, umbilicalmente, a primeira grande divisão da sociedade em duas grandes classes sociais (os senhores de escravos, dominantes, exploradores; e os escravos, os dominados, explorados).

Obviamente, este contexto também impactou na família, em sua organização primitiva, comunista. Ora, se a providencia da alimentação era tida como assunto do homem e os instrumentos que este fabricava para conseguir tal alimentação era considerado como propriedade sua, os rebanhos, as mercadorias e os escravos conseguidos eram propriedades dele. Ou seja, a domesticação e a criação do rebanho, tido como providencia de alimentação, era assunto do homem, e as ferramentas e técnicas desenvolvidas por este para desempenhar



esta função era considerada sua propriedade; assim: o rebanho, as mercadorias e os escravos eram seus, pois eles estavam relacionados com a providência da alimentação. Neste contexto, a mulher apenas participa do consumo, porém não era proprietária.

Esta mudança na divisão do trabalho fora da família relega o trabalho doméstico da mulher a uma simples e insignificante contribuição; e o trabalho produtivo do homem passa a ser tudo neste novo contexto.

Neste patamar tem-se a queda do direito materno, a passagem gradual do matrimônio sindiásmico à monogamia, a introdução do direito paterno e a ascensão da família individual, nuclear. Temos aí a civilização marcada pela defesa da propriedade privada; o trabalho escravo como forma predominante da produção; o Estado como força de coesão da sociedade civilizada, a monogamia, a forma de família onde o homem tem o domínio sobre a mulher e sobre a propriedade.

A gênese da família monogâmica esta atrelada a escravidão da mulher ao homem. Como uma propriedade, as mulheres devem ser funcionais a estes. Como diz Sergio Lessa (2012a), as mulheres nessa forma de matrimônio servem de duas formas ou como propriedade ou como prostituta.

Assim, compreender a família monogâmica de forma ontológica como o fez Engels, através do trabalho, é compreendê-la como uma peça econômica e ideológica elementar à maquinaria da exploração do homem pelo homem. Por isso, numa sociedade verdadeiramente emancipada humanamente, essas relações não poderão existir.

## REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.07-223.

LESSA, S. **Abaixo a Família Monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

LESSA, S. Apresentação. In: ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012b, p.07-14.

LUKÁCS, G. O trabalho. In: **Para uma Ontologia do Ser Social**. Tradução de Ivo Tonet. Disponível em <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lukacs,%20Georg/O%20TRABALHO%20-%20traducao%20revisada.pdf> acesso em 30 de jun. 2014.